

Pasta Digital Nº 1 - “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”

Ref.: Credenciamento nº IL.PPSA.003/2023

**Proponente: SOUTO CORREA ADVOCACIA (“Souto,
Correa, Cesa, Lummertz & Amaral Advogados”)**

Item 7.1.3

Relativo à Regularidade Fiscal

**a) Prova de inscrição no CNPJ do Ministério da
Fazenda.**



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div><div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO</div><div>17.458.287/0001-09</div><div>MATRIZ</div></div>	<div><div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO</div><div>CADASTRAL</div></div>	<div><div>DATA DE ABERTURA</div><div>21/12/2012</div></div>
<div><div>NOME EMPRESARIAL</div><div>SOUTO, CORREA ADVOCACIA</div></div>		
<div><div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)</div><div>*****</div></div>		<div><div>PORTE</div><div>DEMAIS</div></div>
<div><div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL</div><div>69.11-7-01 - Serviços advocatícios</div></div>		
<div><div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS</div><div>Não informada</div></div>		
<div><div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA</div><div>223-2 - Sociedade Simples Pura</div></div>		
<div><div>LOGRADOURO</div><div>R VISCONDE DE PIRAJA</div></div>	<div><div>NÚMERO</div><div>250</div></div>	<div><div>COMPLEMENTO</div><div>SALA 701</div></div>
<div><div>CEP</div><div>22.410-000</div></div>	<div><div>BAIRRO/DISTRITO</div><div>IPANEMA</div></div>	<div><div>MUNICÍPIO</div><div>RIO DE JANEIRO</div></div>
<div><div>UF</div><div>RJ</div></div>		
<div><div>ENDEREÇO ELETRÔNICO</div><div>FATURAMENTO@SOUTOCORREA.COM.BR</div></div>		<div><div>TELEFONE</div><div>(51) 3018-0500</div></div>
<div><div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)</div><div>*****</div></div>		
<div><div>SITUAÇÃO CADASTRAL</div><div>ATIVA</div></div>	<div><div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL</div><div>21/12/2012</div></div>	
<div><div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div></div>		
<div><div>SITUAÇÃO ESPECIAL</div><div>*****</div></div>	<div><div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL</div><div>*****</div></div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 19/07/2023 às 13:55:23 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Pasta Digital Nº 1 - “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”

Ref.: Credenciamento nº IL.PPSA.003/2023

Proponente: SOUTO CORREA ADVOCACIA ("Souto, Correa, Cesa, Lummertz & Amaral Advogados")

Item 7.1.3

Relativo à Regularidade Fiscal

c) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da Proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.



Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
Secretaria Municipal de Fazenda
Subsecretaria de Tributação e Fiscalização
Coordenadoria do ISS e Taxas

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	DATA DA INSCRIÇÃO
1.039.210-1	16/01/2017

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

NOME OU NOME EMPRESARIAL	SOUTO SOCIEDADE DE ADVOGADOS
NOME FANTASIA	-
CPF OU CNPJ	17.458.287/0001-09
ATIVIDADES ECONÔMICAS	228010 - JURIDICOS, SERVICOS
RESTRIÇÕES	VEDADA A ARMAZENAGEM NO LOCAL VEDADOS INCOMODOS E PREJUÍZOS A VIZINHANÇA VEDADA A CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS NO LOCAL SIMPLES ESCRITÓRIO
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DO ISS	3
GERÊNCIA REGIONAL DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO	2
ENDEREÇO COMPLETO	RUA VISC DE PIRAJÁ, 250, SAL 701 IPANEMA 22410-000
SITUAÇÃO CADASTRAL	ATIVO
DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL	04/07/2018

Aprovado pela Resolução SMF Nº 2829 de 09 de dezembro de 2014.

Emitido no dia 19/07/2023 às 14:02.

Pasta Digital Nº 1 - “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”

Ref.: Credenciamento nº IL.PPSA.003/2023

Proponente: SOUTO CORREA ADVOCACIA (“Souto, Correa, Cesa, Lummertz & Amaral Advogados”)

Item 7.1.3

Relativo à Regularidade Fiscal

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: SOUTO, CORREA ADVOCACIA
CNPJ: 17.458.287/0001-09

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 17:57:27 do dia 27/06/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 24/12/2023.

Código de controle da certidão: **0957.D8FE.BB3D.B213**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Pasta Digital Nº 1 - “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”

Ref.: Credenciamento nº IL.PPSA.003/2023

Proponente: SOUTO CORREA ADVOCACIA ("Souto, Correa, Cesa, Lummertz & Amaral Advogados")

Item 7.1.3

Relativo à Regularidade Fiscal

e) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da Proponente.

DIGITE AQUI A SUA BUSCA

OK

Emitir Certidão

Confirmar Autenticidade



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO RIO DE JANEIRO

CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL Nº 2023.1.3461308-2
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS - CND

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE	
CPF / CNPJ : 17.458.287/0001-09	CAD-ICMS : Não inscrito
NOME / RAZÃO SOCIAL : *****	
<p>CERTIFICA-SE para fins de direito e de acordo com as informações registradas nos Sistemas Corporativos da Secretaria de Estado de Fazenda que, até a presente data, NÃO CONSTAM DÉBITOS perante a Fazenda Estadual para o requerente acima identificado, ressalvado o direito de a Receita Estadual cobrar e inscrever as dívidas de sua responsabilidade, que vierem a ser apuradas.</p> <p>EMITIDA EM: 24/07/2023 18:32</p> <p>VÁLIDA ATÉ : 22/10/2023</p> <p>Certidão emitida com base na Resolução SEFAZ nº 109 de 04/08/2017</p>	
OBSERVAÇÕES	
<p>1. Esta certidão deve estar acompanhada da Certidão da Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado, nos termos da Resolução Conjunta SEFAZ/PGE nº 33/2004.</p> <p>2. A aceitação desta certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade na internet, no endereço: www.fazenda.rj.gov.br.</p> <p>3. Esta certidão não se destina a atestar débitos do imposto sobre transmissão "causa mortis" e doação, de quaisquer bens ou direitos (ITD).</p> <p>4. Qualquer rasura ou emenda invalida este documento.</p>	



Preparar página
para impressão

Pasta Digital Nº 1 - “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”

Ref.: Credenciamento nº IL.PPSA.003/2023

Proponente: SOUTO CORREA ADVOCACIA (“Souto, Correa, Cesa, Lummertz & Amaral Advogados”)

Item 7.1.3

Relativo à Regularidade Fiscal

f) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da Proponente.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E
PLANEJAMENTO
SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
COORDENADORIA DO ISS E TAXAS

Nº AUTENTICAÇÃO 4435466325
ÓRGÃO F/SUBTF/CIS-3
CONTROLE 964982024

NOME / RAZÃO SOCIAL / ENDEREÇO

SOUTO SOCIEDADE DE ADVOGADOS
RUA VISC DE PIRAJA 000250 SAL 701
IPANEMA RIO DE JANEIRO 22410-000 RJ

CNPJ

17.458.287/0001-09

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

1.039.210-1

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - Modelo 1

CERTIFICA-SE que, até a presente data, em relação ao contribuinte acima qualificado, não há auto de infração, nota de lançamento, parcelamento, débito confessado em pedido de parcelamento ou nota de débito pendentes de pagamento integral, ou débito escriturado em livro fiscal ou declarado por meio eletrônico, vencidos e não pagos. Fica, entretanto, assegurado ao Município o direito de cobrança de qualquer débito que vier a ser verificado posteriormente, inclusive no que diz respeito às penalidades cabíveis previstas na legislação em vigor. **A presente certidão, válida para todas as inscrições sediadas no Município do Rio de Janeiro, vinculadas aos oito primeiros dígitos do CNPJ ou ao CPF acima, serve como prova perante qualquer órgão público ou privado.**

VALIDADE: 180 (cento e oitenta) dias da data de sua expedição.

Certidão expedida com base na Resolução SMF nº 1897, de 23/12/2003 e alterações posteriores.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 2023.

HORA: 14:06:38

Dispensada a assinatura do Fiscal de Rendas, conforme art. 5º-A, da Resolução SMF Nº 1.897.

OBSERVAÇÕES

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página eletrônica da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, na internet, no endereço (<http://www2.rio.rj.gov.br/smf/forms/valcerti.cfm>).

O presente documento não certifica inexistência de débitos do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza declarados pelo contribuinte no âmbito do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional. Caso o contribuinte seja ou tenha sido optante pelo Simples Nacional nos últimos 5 (cinco) anos, a presente certidão deverá ser complementada por certidão de situação fiscal fornecida pela Receita Federal do Brasil.

Pasta Digital Nº 1 - “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”

Ref.: Credenciamento nº IL.PPSA.003/2023

**Proponente: SOUTO CORREA ADVOCACIA (“Souto,
Correa, Cesa, Lummertz & Amaral Advogados”)**

Item 7.1.3

Relativo à Regularidade Fiscal

**g) Prova de regularidade relativa à Seguridade
Social (“INSS”).**



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: SOUTO, CORREA ADVOCACIA
CNPJ: 17.458.287/0001-09

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 17:57:27 do dia 27/06/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 24/12/2023.

Código de controle da certidão: **0957.D8FE.BB3D.B213**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Pasta Digital Nº 1 - “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”

Ref.: Credenciamento nº IL.PPSA.003/2023

Proponente: SOUTO CORREA ADVOCACIA ("Souto, Correa, Cesa, Lummertz & Amaral Advogados")

Item 7.1.3

Relativo à Regularidade Fiscal

h) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (“FGTS”).

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 17.458.287/0001-09
Razão Social: SOUTO SOCIEDADE DE ADVOGADOS
Endereço: R VISCONDE DE PIRAJÁ 250 SALA 701 / IPANEMA / RIO DE JANEIRO / RJ / 22410-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 07/07/2023 a 05/08/2023

Certificação Número: 2023070719335899860238

Informação obtida em 19/07/2023 14:09:02

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

Pasta Digital Nº 1 - “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”

Ref.: Credenciamento nº IL.PPSA.003/2023

Proponente: SOUTO CORREA ADVOCACIA ("Souto, Correa, Cesa, Lummertz & Amaral Advogados")

Item 7.1.3

Relativo à Regularidade Fiscal

i) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (Certidão de Débitos Trabalhistas - Lei nº 12.440/2011).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: SOUTO, CORREA ADVOCACIA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 17.458.287/0001-09

Certidão nº: 35901641/2023

Expedição: 19/07/2023, às 14:10:01

Validade: 15/01/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SOUTO, CORREA ADVOCACIA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **17.458.287/0001-09**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.